

Concessionária de Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263LB-006-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	8
Demonstrações contábeis	13
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	20

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MS 306 S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos, para vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações contábeis da Rodovia MS 306 S.A., (“Companhia”) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

PERFIL DA COMPANHIA

A Concessionária de Rodovia MS 306 S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, nº 1.947, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, que iniciou suas atividades em 24 de janeiro de 2020.

A Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2019 (“Edital”), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de trechos da Rodovia Estadual MS – 306 e da rodovia Federal BR-359 nos termos do Contrato de Concessão (“Rodovia e “Concessão”); celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra), em 19 de março de 2020.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da tarifa de pedágio iniciou em 09 de abril de 2021, após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

Atualmente, a Companhia opera três praças de pedágio localizadas ao longo da rodovia MS 306 sob concessão com as seguintes características:

Nome Praça	localização	Tarifa (R\$)
COSTA RICA - MS - PRAÇA - 01	MS 306 - km 40+300	13,90
CHAPADÃO DO SUL - MS - PRAÇA - 02	MS 306 - km 100+600	13,90
CASSILÂNDIA - MS - PRAÇA - 03	MS 306 - km 184+600	13,90

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela empresa em 2025 totalizaram R\$ 117.039 milhões de reais. Principais investimentos realizados em 2025 na concessão foram:

- Implantação de 37 km de acostamentos
- Recuperação de 267 km de pavimento (24,23 mil t CBUQ e 281,92 mil m² de microvestimento/TSD)
- Implantação de 4,4 km de terceira faixa
- Alargamento das OAEs nos km 204+500 e 212+500
- Sinalização horizontal e vertical (detalhar em lista separada)
- Instalação de 4.344 m de defensas metálicas

ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

Em 2025 foram atendidos na rodovia, com a prestação dos seguintes serviços gratuitos ao usuário: 1.945 atendimentos 0800, 930 socorros mecânico, 212 socorros médico/pré-hospitalar, 6.624 inspeções de tráfego, 58 combates a incêndios, 1.610 remoções de veículos e 7 apreensões/remoções de animais, por meio de veículos e equipes de profissionais especializados atuando em toda a extensão da MS-306 sob concessão (219,5 quilômetros), durante 24 horas, todos os dias da semana, proporcionando segurança e conforto aos usuários da rodovia, 365 dias no ano.

Para essas atividades foram gerados 181 empregos diretos e mais de 222 empregos indiretos, além dos investimentos na infraestrutura, com benefício para as cidades lindeiras (gerando de emprego e pagamento de impostos em especial o I.S.S. QN).

DESTAQUES DO ANO 2025

Conclusão da ampliação e adequação das O.A.E's da rodovia MS 306

Finalização das obras de alargamento de OAE, ao todo foram 5 pontes alargadas.

DESTAQUES DO ANO 2025

Conclusão das obras de ampliação de capacidade e melhoria da BR 436

Implantação das faixas adicionais, ao todo serão 11,93 Km de faixa.

Implantação de 1 dispositivo de acesso.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Receita operacional líquida

Receita de pedágio

As receitas de pedágio totalizaram R\$ 167.588 em 2025 (vs. R\$ 150.383 em 2024), o que representa crescimento de 11,44% no período. Esse avanço é atribuído ao maior fluxo de veículos, aos reajustes tarifários aplicados e a ganhos de eficiência operacional ao longo do exercício.

A receita é reconhecida pelo regime de competência e registrada no momento da passagem do usuário pelas praças, abrangendo as cobranças por cartões de pedágio, contas pós-pagas e pedágio eletrônico (AVI). A mensuração é feita com base no valor justo da contraprestação, líquido de descontos, abatimentos e tributos incidentes sobre a prestação de serviços.

Receita de construção

Em 2025, a receita de construção e infraestrutura totalizou R\$ 184.827, ante R\$ 173.862 em 2024, crescimento de 6,31% no comparativo anual, refletindo o maior volume de obras e intervenções realizadas no período, em linha com o programa de investimentos da concessão.

Custos e despesas e administrativas

Em 2025, os custos dos serviços prestados somaram R\$ 42.073 (-3,5% vs. 2024: R\$ 43.614), refletindo queda em pessoal, serviços de terceiros e materiais, parcialmente compensada por maior depreciação/amortização alocada aos custos. As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 18.988 (+12,0% vs. 2024: R\$ 16.948), com pressão concentrada em serviços de terceiros, depreciação/amortização e “outros”

Direito de outorga

movimentação. O direito de outorga no passivo encerrou 2025 em R\$ 206.114 (circulante R\$ 12.535; não circulante R\$ 193.579), após pagamentos de outorga fixa de R\$ 13.299 e apropriação de atualização/juros de R\$ 8.915 no ano

Principais pontos de destaque:

Rendimento de aplicações financeiras:

Houve aumento de 99,8%, de R\$ 2.036 em 2024 para R\$ 4.068 em 2025. Esse avanço decorre do maior volume médio de recursos aplicados ao longo de 2025, impulsionado pela captação de debêntures no período (R\$ 725.000) e pela gestão de caixa

Despesas Financeiras:

Em 2025, as despesas financeiras totalizaram R\$ 74.303 (vs. R\$ 29.255 em 2024), uma alta de ~154% a/a. O avanço decorre, principalmente, dos juros sobre debêntures, do maior custo de empréstimos (inclusive FDCO) e de encargos/custos de transação associados, parcialmente compensados por menor atualização da outorga fixa.

Emissão de debêntures e reforço de caixa.

Em 2025, a Companhia realizou emissão de debêntures no montante de R\$ 725.000, movimento que, somado a captações e amortizações do período, elevou o caixa e equivalentes para R\$ 134.652 ao final do exercício (vs. R\$ 19.519 em 2024). O fluxo de financiamento líquido foi positivo, apesar de pagamentos de principal de debêntures de R\$ 440.088 no ano, A Companhia reforçou sua liquidez por meio da emissão de debêntures e gestão ativa do passivo, encerrando 2025 com caixa de R\$ 134.652 e debêntures de R\$ 703.820. Adicionalmente, realizou captação/gestão de financiamento FDCO, cujo custo passou a compor o resultado financeiro.

EBITDA

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	7.267	40.570
(+) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	14.933	19.310
(+) Resultado financeiro	70.004	16.590
(+) Depreciações e amortizações	28.261	26.122
EBITDA (a)	120.465	102.592

(a) O EBITDA é calculado por: lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações.

PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2026

Os investimentos previstos para 2026 totalizam R\$ 114,367 milhões de reais.

Os principais investimentos são:

- Recuperação de pavimento, aproximadamente R\$ 73 Mi com a execução de serviços como reparo profundo localizado, fresagem e recomposição, micro-fresagem e microresvestimento e TSD (tratamento superficial duplo);
- Implantação de 9,72 Km de faixas adicionais, R\$ 25 Mi aproximadamente;
- Implantação de 15 KMf de acostamento, R\$ 10 Mi aproximadamente.

Governança Corporativa

Informamos que a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. não prestou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, quaisquer serviços que não os relacionados à auditoria independente das demonstrações contábeis da Companhia. A contratação dos auditores observa os requisitos de independência previstos nas normas profissionais aplicáveis, incluindo a NBC PA 290 e o Código de Ética Profissional do Contador, que vedam: (a) auditar o próprio trabalho; (b) exercer funções gerenciais; e (c) prestar serviços que possam comprometer a independência.

As informações constantes do relatório de desempenho que não estejam claramente identificadas como provenientes das demonstrações contábeis ou das informações trimestrais não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Declaração da Diretoria sobre as demonstrações contábeis e sobre o relatório dos auditores independentes

Em observância às disposições constantes no artigo CVM 80/22, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Rodovia MS 306., declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

AGRADECIMENTOS

A administração da Concessionária de Rodovia MS 306 S.A. registra seu agradecimento ao Governo de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA, a AGEMS - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul; às Instituições financeiras que apoiam o programa de investimento, em especial os debenturistas; e aos Acionistas da Companhia, que juntos possibilitam a realização desse projeto.

Registramos agradecimento especial aos Usuários da Rodovia e, principalmente aos nossos Colaboradores pelo esforço, dedicação e comprometimento na consolidação dos objetivos empresariais da Companhia.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf -
Ribeirão Preto (SP) Brasil
T +55 16 3103-8940
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores da
Concessionária de Rodovia MS 306 S.A.
Chapadão do Sul - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária de Rodovia MS 306 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovia MS 306 S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Registro e avaliação de cláusulas restritivas de contrato de emissão de debêntures (e outras obrigações)

Conforme previsto no Contrato de Concessão nº 002/2020 e divulgado na nota explicativa nº19, a Companhia realizou a emissão de debêntures, com garantia real vinculada aos direitos decorrentes da concessão, incluindo receitas de pedágio e eventuais indenizações. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto dessas debentures totalizava R\$ 703.820 mil em 31 de dezembro de 2025, registrados como passivos circulante e não circulante. Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria, em razão da relevância dos valores envolvidos, bem como da necessidade de avaliação por parte da Companhia, do cumprimento de determinadas cláusulas restritivas (covenants) financeiras e não financeiras, além das obrigações contratuais associadas à manutenção do equilíbrio-econômico-financeiro da concessão, incluindo obrigações de investimentos previstas no contrato.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: **(a)** a confirmação, junto aos debenturistas, dos saldos em aberto em 31 de dezembro de 2025 e sua conciliação com os saldos contábeis; **(b)** recálculo da atualização monetária e respectivos encargos financeiros sobre o contrato de debêntures; **(c)** aplicação de testes, em bases amostrais, sobre os pagamentos realizados pela Companhia no exercício; **(d)** confronto dos valores registrados nas demonstrações contábeis com os respectivos atos societários aprovados pelos órgãos competentes; **(e)** avaliação do cumprimento dos covenants financeiros e não financeiros e das demais cláusulas restritivas previstos no instrumento de dívida, bem como do atendimento às obrigações contratuais associadas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, inclusive aquelas relativas a investimentos; **(f)** avaliação da adequada classificação entre passivos circulante e não circulante, bem como suficiência e consistência das divulgações requeridas nas demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que as premissas e metodologias utilizadas pela administração da Companhia para a mensuração, registro, classificação e divulgação do contrato de debêntures (incluindo a avaliação dos impactos dos covenants e do cumprimento das obrigações contratuais associadas à concessão) são razoáveis, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Mensuração do direito de outorga e provisão para manutenção

Conforme previsto no Contrato de Concessão nº 002/2020, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía obrigações contratuais relevantes, incluindo o pagamento da outorga e a execução de obras e serviços de manutenção periódica. Estes assuntos estão divulgados, principalmente, na nota explicativa nº 11 (intangível), no ativo não circulante, no montante de R\$ 1.086.596 mil, nota explicativa nº16 (obrigações com o poder concedente) no montante de R\$ 1.111 mil e nota explicativa 20 (obrigações com infraestrutura a realizar), no montante de R\$ 24.765 mil, registrados nos passivos circulante e não circulante. Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria, devido à relevância dos montantes envolvidos e, da necessidade de julgamentos significativos, por parte da administração, para a mensuração do direito de outorga e da provisão para manutenção. Tais julgamentos incluem, entre outros aspectos, a atualização monetária, a apropriação de encargos financeiros sobre o passivo de outorga, além de estimativas relacionadas aos cronogramas e ciclos de manutenção previstos contratualmente, à taxa regulatória aplicável e aos custos estimados para intervenções futuras. Essas estimativas afetam diretamente o ativo intangível, as obrigações com infraestrutura, a provisão para manutenção e os impostos diferidos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: **(a)** a análise do Contrato de Concessão nº 002/2020, **(b)** o recálculo da atualização monetária e dos encargos financeiros incidentes sobre o passivo de outorga, incluindo a verificação da taxa efetiva de juros adotada e sua conciliação com os registros contábeis; **(c)** a avaliação, em base amostral, das premissas utilizadas na estimativa da provisão para manutenção, confrontando cronogramas e ciclos contratuais, custos estimados para intervenções futuras e taxas regulatórias aplicáveis com evidências e documentações suporte **(d)** a verificação dos efeitos dessas estimativas nos saldos do ativo intangível de concessão, das obrigações com infraestrutura a realizar e dos impostos diferidos, incluindo análise das respectivas reconciliações e registros contábeis, bem como da adequada classificação entre passivos circulante e não circulante; e **(e)** a avaliação da suficiência e consistência das divulgações requeridas nas demonstrações contábeis. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que as premissas e metodologias utilizadas pela administração da Companhia para a mensuração, registro, classificação e divulgação do direito de outorga e da provisão para manutenção, são razoáveis, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, anteriormente por nós auditadas, estão sendo reapresentadas em virtude de alteração de política contábil, conforme descrito na nota explicativa 2.1 (bem como os respectivos saldos iniciais de 1º de janeiro de 2024), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 30 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	01/01/2024 (Reapresentado)
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	134.652	19.519	24.212
Operações a receber	7	14.494	10.488	10.221
Contas a receber partes relacionadas	17	-	11	374
Despesas antecipadas	8	498	479	625
Impostos a recuperar	9	1.465	2.901	5.841
Outras contas a receber	-	383	320	269
Total do ativo circulante		151.492	33.718	41.542
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	8.909	14.305	18.294
Imobilizado	10	4.841	6.192	7.975
Intangível	11	1.086.596	928.058	778.806
Total do ativo não circulante		1.100.346	948.555	805.075
Total do ativo		1.251.838	982.273	846.617

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	01/01/2024 (Reapresentado)
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	18	52	1.983	179
Debêntures	19	2.688	507	795
Fornecedores e outras contas a pagar	13	7.090	50.690	34.891
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	14	1.314	1.265	1.144
Obrigações fiscais	15	6.161	2.003	2.210
Direito de outorga concessão	11	12.535	11.965	11.434
Obrigações com o poder concedente	16	1.111	705	322
Partes relacionadas	17	0	6.025	250
Obrigações com infraestrutura a realizar	20	7.210	7.210	-
Total do passivo circulante		38.161	82.353	51.225
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	18	-	5.575	179
Fornecedores	13	1.488	-	-
Debêntures	19	701.132	383.295	361.756
Direito de outorga concessão	11	193.518	198.533	193.287
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	21	451	231	78
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	74.776	67.241	53.363
Obrigações com infraestrutura a realizar	20	17.555	17.555	29.809
Total do passivo não circulante		988.920	672.430	638.472
Patrimônio líquido				
	22			
Capital social		166.010	166.010	146.010
Reserva legal		4.221	3.857	1.827
Reserva especial dividendos não distribuídos		54.526	47.623	9.083
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	10.000	-
Total do patrimônio líquido		224.757	227.490	156.920
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.251.838	982.273	846.617

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	23	153.016	136.996
Receitas com construção e infraestrutura	23	184.827	173.862
Receitas extraordinárias	23	177	46
Custos com construção e infraestrutura	24	(184.827)	(173.862)
Custos dos serviços prestados	24	(42.073)	(43.614)
Resultado bruto		111.120	93.428
Despesas gerais e administrativas	24	(18.988)	(16.948)
Outras despesas operacionais		11	(10)
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos		92.143	76.470
Receitas financeiras	25	4.299	12.665
Despesas financeiras	25	(74.242)	(29.255)
Resultado financeiro		(69.943)	(16.590)
Lucro líquido antes dos impostos		22.200	59.880
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(4.758)	(1.736)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	(10.175)	(17.574)
Resultado líquido do exercício		7.267	40.570
Resultado por ação	27		
Lucro (prejuízo) por ação - básico- diluído		0,04	0,27

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Resultado líquido do exercício	7.267	40.570
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangentes do exercício	7.267	40.570

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva especial dividendos não distribuídos	Total do patrimônio líquido
Saldo original 01 de janeiro de 2023	146.010	-	1.827	-	34.688	182.525
Ajustes	-	-	-	-	(25.605)	-
Saldo original 01 de janeiro de 2023 (reapresentado)	146.010	-	1.827	-	9.083	156.920
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	30.000	-	30.000
Aumento de capital Social	20.000	-	-	(20.000)	-	-
Resultado líquido do exercício	-	40.570	-	-	-	81.140
Reserva legal	-	(2.030)	2.030	-	-	2.030
Reserva especial dividendos não distribuídos	-	(38.540)	-	-	38.540	38.540
Saldos em 31 de dezembro 2024 (reapresentado)	166.010	-	3.857	10.000	47.623	227.490
Devolução do adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Resultado líquido do exercício	-	7.267	-	-	-	7.267
Reserva legal	-	(364)	364	-	-	-
Reserva especial dividendos não distribuídos	-	(6.903)	-	-	6.903	-
Saldos em 31 de dezembro 2025	166.010	-	4.221	-	54.526	224.757

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes dos impostos		22.200	59.880
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciações do imobilizado	10	1.972	2.027
Amortização do intangível	11	37.174	26.493
Atualização pela amortização pela curva de trafego	11	(10.885)	(2.406)
Baixas líquidas do intangível	11	-	8
Baixas líquidas do imobilizado	10	266	44
Juros de debêntures	19	46.216	42.236
Custos de transação debentures	19	(11.110)	2.394
Juros de empréstimos e financiamentos	18	986	598
Juros e variações monetárias - FDCO	18	3.606	-
Atualização outorga fixa	11	8.854	17.438
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	21	220	153
Obrigações com infraestrutura a realizar	20	-	(5.044)
Variação líquida dos ativos e passivos operacionais			
Operações a receber	7	4.006	(267)
Partes relacionadas	17	6.014	5.412
Despesas antecipadas	8	(19)	(146)
Impostos a recuperar	9	1.436	2.940
Outras contas a receber		(63)	(51)
Fornecedores e outras contas a pagar	13	(42.112)	15.373
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	14	49	121
Obrigações fiscais	15	4.254	(207)
Obrigações com o poder concedente	16	406	383
Pagamentos de juros debêntures	19	-	(23.379)
Pagamento de empréstimos e financiamento - juros	18	(937)	(68)
Pagamento Empréstimo - FDCO - juros	18	(3.606)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		46.788	143.932
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	10	(886)	(287)
Adições ao intangível	11	(184.827)	(173.347)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(185.713)	(173.634)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamento	18	70.966	6.892
Captação de debêntures	19	725.000	-
Devolução adiantamento para futuro aumento de capital		(10.000)	30.000
Pagamento outorga fixa	11	(13.299)	(11.661)
Pagamento principal debêntures	19	(440.088)	-
Pagamento de empréstimos e financiamento - principal	18	(7.555)	(222)
Pagamento Empréstimo - FDCO - principal	18	(70.966)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		254.058	25.009
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		115.133	(4.693)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	19.519	24.212
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	134.652	19.519
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		115.133	(4.693)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
para os exercícios findos em 31 dezembro 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Receitas		
Prestação de serviços	167.588	150.383
Receita dos serviços de construção	184.827	173.862
Outras receitas	117	46
Total	352.532	324.291
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(22.890)	(24.123)
Custos dos serviços de construção	(184.827)	(173.862)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.015)	(6.114)
Outros	(7)	(7)
Total	(213.739)	(204.106)
Valor adicionado bruto	138.793	120.185
Depreciações e amortizações	(28.261)	(26.114)
Valor adicionado líquido produzido	110.532	94.071
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.299	12.665
Total	4.299	12.665
Valor adicionado total a distribuir	114.831	106.736
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	7.583	8.125
Benefícios	2.258	2.236
FGTS	559	593
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	14.933	21.697
Estaduais	80	72
Municipais	8.427	7.520
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	73.451	25.603
Aluguéis	273	320
Remuneração de capitais próprios		
Resultado líquido do exercício	7.267	40.570
Valor adicionado total distribuído	114.831	106.736

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Concessionária de Rodovia MS 306 S.A. (“Companhia”) é uma Companhia Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, nº 1.947, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, que iniciou suas atividades em 24 de janeiro de 2020.

A Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2019 (“Edital”), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de trechos da Rodovia Estadual MS – 306 e da rodovia Federal BR-359 nos termos do Contrato de Concessão (“Rodovia e “Concessão”); celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra), em 19 de março de 2020.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio iniciou em 09 de abril de 2021, após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

O presente contrato poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta) anos, nas seguintes hipóteses:

- Pela presença do interesse público, devidamente justificado;
- Em decorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada; e
- Em decorrência de fato da administração ou fato de príncipe, devidamente comprovado.

Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), ou em decorrência de sua alteração.

Conforme definido pela Seinfra, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em três frentes:

- Frente de melhorias operacionais;
- Frente de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço; e
- Frente de serviços operacionais.

Encerrado o prazo de Concessão, serão revertidos à União todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato.

Apesar de não possuir compromisso contratual de registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia possui o compromisso, contratual, de seguir as regras constantes de Governança Corporativa da CVM.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, e somente elas, que estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração no desempenho de suas funções.

A Companhia não possui registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todavia, por opção de governança corporativa, elabora e apresenta suas demonstrações contábeis observando a estrutura, o rito de apresentação e os padrões de evidenciação previstos nas normas expedidas pela CVM, aplicáveis aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável. Na preparação das demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na nota explicativa 4.14 - Uso de estimativas e julgamentos.

A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 30 de março de 2026.

2.1. Reapresentação dos saldos

A Administração da Companhia reapresentou as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como os saldos de abertura em 1º de janeiro de 2024, em decorrência da retificação de erros materiais identificados em períodos anteriores. Os ajustes referem-se, principalmente, à mensuração do direito de outorga da concessão, que havia sido reconhecido pelo ajuste a valor presente (AVP) sem a devida atualização monetária pelo IPCA ao longo do tempo e sem a apropriação dos encargos financeiros correspondentes, sendo tais erros corrigidos de forma retrospectiva, nos termos do CPC 23 / NBC TG 23.

2.2. Mudança de política contábil: método de amortização do ativo intangível de concessão

A partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia alterou sua política contábil para amortização do ativo intangível de concessão, do método linear para o método baseado no volume de tráfego, por entender que este último fornece informação mais relevante e confiável acerca do padrão de consumo dos benefícios econômicos do ativo, em conformidade com o CPC 04 (R1) / IAS 38 e com as diretrizes aplicáveis aos contratos de concessão previstas na ICPC 01 (R1) / IAS 36. A mudança é tratada como mudança de política contábil nos termos do CPC 23. O método de amortização do intangível de concessão passa a ser baseado no volume de tráfego e será revisado periodicamente para assegurar que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos do ativo; observa-se que tanto o método linear quanto o método por unidades de produção/uso (como tráfego) são admitidos pelas normas, devendo a Companhia adotar aquele que melhor represente esse padrão.

Os efeitos decorrentes da reapresentação por correção de erros (Nota 2.1) e da mudança de estimativa aplicada prospectivamente (Nota 2.2) estão apresentados nos quadros a seguir, conciliando valores originalmente divulgados, ajustes e saldos reapresentados

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

Balanco patrimonial

	31/12/2024		31/12/2024		01/01/2024	
	Reapresentado	Ajuste	Apresentado Anteriormente	Reapresentado	Ajuste	Apresentado Anteriormente
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	19.519	-	19.519	24.212	-	24.212
Operações a receber	10.488	-	10.488	10.221	-	10.221
Contas a receber partes relacionadas	11	-	11	374	-	374
Despesas antecipadas	479	-	479	625	-	625
Impostos a recuperar	2.901	-	2.901	5.841	-	5.841
Outras contas a receber	320	-	320	269	-	269
Total do ativo circulante	33.718	-	33.718	41.542	-	41.542
Ativo não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferido	14.305	(13.398)	27.703	18.294	(2.390)	20.684
Imobilizado	6.192	-	6.192	7.975	-	7.975
Intangível	928.058	(52.510)	980.568	778.806	(54.916)	833.722
Total do ativo não circulante	948.555	(65.908)	1.014.463	805.075	(57.306)	862.381
Total do ativo	982.273	(65.908)	1.048.181	846.617	(57.306)	903.923

	31/12/2024		31/12/2024		01/01/2024	
	Reapresentado	Ajuste	Apresentado Anteriormente	Reapresentado	Ajuste	Apresentado Anteriormente
Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos	1.983	-	1.983	179	-	179
Debêntures	507	-	507	795	-	795
Fornecedores e outras contas a pagar	50.690	-	50.690	34.891	-	34.891
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	1.265	-	1.265	1.144	-	1.144
Obrigações fiscais	2.003	-	2.003	2.210	-	2.210
Direito de outorga concessão	11.965	-	11.965	11.434	-	11.434
Obrigações com o poder concedente	705	-	705	322	-	322
Partes relacionadas	6.025	-	6.025	250	-	250
Obrigações com infraestrutura a realizar	7.210	(10.610)	17.820	-	-	-
Total do passivo circulante	82.353	(10.610)	92.963	51.225	-	51.225
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	5.575	-	5.575	179	-	179
Debêntures	383.295	-	383.295	361.756	-	361.756
Direito de outorga concessão	198.533	(37.133)	235.666	193.287	(40.787)	234.074
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	231	-	231	78	-	78
Imposto de renda e contribuição social diferido	67.241	16.457	50.784	53.363	16.115	37.248
Obrigações com infraestrutura a realizar	17.555	(28.793)	46.348	29.809	(7.029)	36.838
Total do passivo não circulante	672.430	(49.469)	721.899	638.472	(31.701)	670.173
Patrimônio líquido						
Capital social	166.010	-	166.010	146.010	-	146.010
Reserva legal	3.857	991	2.866	1.827	-	1.827
Reserva especial dividendos não distribuídos	47.623	(6.820)	54.443	9.083	(25.605)	34.688
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.000	-	10.000	-	-	-
Total do patrimônio líquido	227.490	(5.829)	233.319	156.920	(25.605)	182.525
Total do passivo e do patrimônio líquido	982.273	(65.908)	1.048.181	846.617	(57.306)	903.923

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2024		31/12/2024
	Reapresentado	Ajuste	Apresentado Anteriormente
Receita operacional líquida	136.996	-	136.996
Receitas com construção e infraestrutura	173.862	-	173.862
Receitas extraordinárias	46	-	46
Custos com construção e infraestrutura	(173.862)	-	(173.862)
Custos dos serviços prestados	(43.614)	34.778	(78.392)
Resultado bruto	93.428	34.778	58.650
Despesas gerais e administrativas	(16.948)	-	(16.948)
Outras despesas operacionais	(10)	-	(10)
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos	76.470	34.778	41.692
Resultado financeiro	(16.590)	(3.654)	(12.936)
Lucro líquido antes dos impostos	59.880	31.124	28.756
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.736)	-	(1.736)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(17.574)	(11.348)	(6.226)
Resultado líquido do exercício	40.570	19.776	20.794

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	31/12/2024 Reapresentado	Ajuste	31/12/2024 Apresentado Anteriormente
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes dos impostos	59.880	31.124	28.756
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciações do imobilizado	2.027	-	2.027
Amortização do intangível	26.493	(11.193)	37.686
Atualização pela amortização pela curva de tráfego	(2.406)	(2.406)	-
Baixas líquidas do intangível	8	-	8
Baixas líquidas do imobilizado	44	-	44
Juros de debêntures	42.236	-	42.236
Custos de transação debentures	2.394	-	2.394
Juros de empréstimos e financiamentos	598	-	598
Atualização outorga fixa	17.438	14.326	3.112
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	153	-	153
Obrigações com infraestrutura a realizar	(5.044)	(31.851)	26.807
Variação líquida dos ativos e passivos operacionais			
Operações a receber	(267)	-	(267)
Contas receber e pagar partes relacionadas	5.412	-	5.412
Despesas antecipadas	(146)	-	(146)
Impostos a recuperar	2.940	-	2.940
Outras contas a receber	(51)	-	(51)
Fornecedores e outras contas a pagar	15.373	-	15.373
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	121	-	121
Obrigações fiscais	(207)	-	(207)
Obrigações com o poder concedente	383	-	383
Pagamentos de juros debêntures	(23.379)	-	(23.379)
Pagamento de empréstimos e financiamento - juros	(68)	-	(68)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	143.932	-	143.932
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(287)	-	(287)
Adições ao intangível	(173.347)	-	(173.347)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(173.634)	-	(173.634)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamento	6.892	-	6.892
Adiantamento para futuro aumento de capital	30.000	-	30.000
Pagamento outorga fixa	(11.661)	-	(11.661)
Pagamento de empréstimos e financiamento - principal	(222)	-	(222)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	25.009	-	25.009
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.693)	-	(4.693)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.212	-	24.212
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.519	-	19.519
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.693)	-	(4.693)

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Políticas contábeis materiais

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.2. Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas quando a Companhia tem direito contratual de receber valores decorrentes da arrecadação de pedágios, principalmente por meio de instrumentos eletrônicos. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão para perdas de crédito esperadas, quando aplicável, conforme CPC 48/ IFRS9 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de constituição de provisão para perdas de crédito esperadas com base em histórico de inadimplência, risco de crédito e informações prospectivas. Informações adicionais sobre a composição, vencimento e avaliação das contas a receber estão apresentadas na Nota 7.

4.3. Imobilizado

Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

4.4. Intangível

Representa o direito de exploração da infraestrutura concedida, reconhecido conforme ICPC 01/IAS 36. Amortizado com base na curva de tráfego estimada ao longo do prazo da concessão.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida de acordo com o *padrão de consumo dos benefícios econômicos*, mensurado pela *curva de tráfego estimada* ao longo do prazo da concessão. As premissas de tráfego e demais inputs relevantes são revisados periodicamente e eventuais mudanças são reconhecidas *prospectivamente*.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

4.5. Direito de outorga e passivo de outorga

A outorga fixa prevista no contrato de concessão é reconhecida como ativo intangível (direito de exploração) e amortizada de acordo com o padrão de consumo dos benefícios econômicos (ex.: curva de tráfego) ao longo do prazo da concessão. Quando o pagamento é parcelado, a obrigação de outorga é reconhecida pelo valor presente dos pagamentos futuros, e a atualização do saldo é registrada como despesa financeira (ajuste a valor presente). Alterações contratuais relevantes são analisadas quanto à modificação de termos e eventuais impactos de mensuração.

4.6. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Companhia avalia, no mínimo ao final de cada exercício social, se existem indicações de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 /IAS 36– Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Quando tais indicações existem, ou quando a avaliação anual é requerida, o valor recuperável do ativo ou da respectiva unidade geradora de caixa (UGC) é estimado.

O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso é determinado com base em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos do ativo ou da UGC.

No caso da concessão rodoviária, os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração da infraestrutura são avaliados, para fins de impairment, no nível da unidade geradora de caixa correspondente à concessão, considerando projeções de tráfego, tarifas de pedágio, custos operacionais, investimentos previstos e demais premissas relevantes, consistentes com o prazo contratual da concessão.

Caso o valor contábil de um ativo ou UGC exceda seu valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. Nos exercícios subsequentes, a Companhia reavalia a existência de indícios de reversão de perdas reconhecidas em períodos anteriores, procedendo à reversão quando aplicável, observados os limites previstos no CPC 01/IAS 36.

4.7. Reconhecimento de receita

Receita de pedágio

A receita será reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita será mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimento e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços.

A receita será reconhecida em conformidade com o regime contabilidade de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registrados no resultado quando a passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviços são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão e serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01/IFRIC12 - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos como receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

Receita de juros

Para ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, a receita (ou despesa) de juros é reconhecida pelo método da taxa de juros efetiva (TJE), que aloca, ao longo da vida do instrumento, a diferença entre o valor inicial e o valor a liquidar, descontando os fluxos de caixa contratuais (principal e juros) ao valor contábil do ativo ou passivo. Atualizações por índices (por exemplo, IPCA ou CDI) e a apropriação de custos de transação integram a TJE e são reconhecidas no resultado financeiro.

4.8. Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece e mensura instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS9 – Instrumentos Financeiros. Os instrumentos financeiros abrangem ativos financeiros (como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber) e passivos financeiros (como fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures), além de arrendamentos (vide política específica). Ativos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado quando o modelo de negócios é manter para receber e os fluxos contratuais representam somente pagamentos de principal e juros (SPPI); nos demais casos, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nem adota contabilidade de hedge. Informações detalhadas sobre mensuração, riscos e sensibilidade são apresentadas na Nota 27 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos, bem como nas notas específicas de Debêntures/Empréstimos e Custos de empréstimos (CPC 20).

4.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo dos recursos recebidos, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à captação. Subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva (TJE), reconhecendo-se os encargos financeiros no resultado na linha de resultado financeiro.

Obrigações indexadas (por exemplo, IPCA ou CDI) são atualizadas conforme os respectivos índices; os efeitos de atualização e juros pela TJE são reconhecidos no resultado. Custos de transação são apropriados ao resultado ao longo do prazo dos instrumentos pela TJE, compondo a remuneração efetiva.

As obrigações são classificadas no passivo circulante quando exigíveis nos 12 meses seguintes após a data do balanço (ou quando houver descumprimento de covenants sem waiver recebido até a data do balanço); as demais são classificadas no passivo não circulante. Modificações substanciais de termos são tratadas como baixa do passivo original e reconhecimento de novo passivo; modificações não substanciais são contabilizadas por meio do ajuste no valor contábil com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

4.9.1. Custos de empréstimos (CPC 20)

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis (tais como o ativo de concessão em construção) são capitalizados como parte do custo do ativo, líquidos das receitas financeiras obtidas com a aplicação temporária dos recursos de empréstimos específicos. A capitalização inicia quando há **(i)** dispêndios com o ativo, **(ii)** contratação de empréstimos e **(iii)** atividades necessárias para preparar o ativo para seu uso pretendido; cessa quando substancialmente todas as atividades forem concluídas. A capitalização é suspensa durante períodos prolongados de paralisação.

4.10. Tributação

Imposto de renda e contribuição social

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço, conforme a seguir:

Imposto de renda sobre lucro	15%
Adicional de imposto de renda sobre o lucro	10%
Contribuição social sobre o lucro	9%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos sobre vendas e aquisição de produtos e serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Contribuição para Seguridade Social (Cofins) – Cumulativa	3,00%
Programa de Integração Social (PIS) – Cumulativa	0,65%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

4.11. Arrendamentos

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamento para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial, e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

4.12. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Demonstração do valor adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas demonstrações contábeis, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e foi elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado.

4.13. Provisão de manutenção – Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, serão registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção será contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura será mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

4.13.2. Provisões gerais

As provisões serão reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. A despesa relativa a quaisquer provisões será apresentada na demonstração do resultado.

4.13.3. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas são baseadas em dados históricos, premissas atuais e projeções futuras, e são revisadas periodicamente. Alterações nas estimativas são reconhecidas nos exercícios em que ocorrem e em exercícios futuros afetados.

As informações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma nas práticas contábeis descritas nas notas explicativas, e considerando a continuidade operacional da Companhia.

As principais áreas que exigem julgamentos e estimativas significativas incluem:

- Provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber;
- Provisão para manutenção da infraestrutura da concessão;
- Avaliação do valor justo de instrumentos financeiros;
- Reconhecimento de impostos diferidos considerando expectativa de geração de lucro tributável futuro;
- Testes de recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros.

4.15. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O resultado por ações diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações levando em consideração opções, conversíveis (títulos e quotas) e outros títulos que poderiam criar diluição. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o número de ações durante o exercício apresentado.

4.16. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura ICPC 01 (R1) /IAS 36 /IFRIC12

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. A companhia não tem nenhum direito contratual até a data desta informação financeira.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. A companhia não tem nenhum direito a um ativo financeiro até a data desta informação financeira.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e manutenção em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas.

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para exercício anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

A partir de 1º de janeiro de 2025, o CPC incorporou mudanças relacionadas à falta de convertibilidade de moedas, conforme atualização do IASB. As alterações definem como avaliar se uma moeda é conversível, como determinar a taxa de câmbio quando não houver convertibilidade e exigem divulgações sobre impactos dessa situação no desempenho, posição financeira e fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) e ICPC 09

Em setembro de 2024, o CPC atualizou normas para alinhar práticas brasileiras às internacionais, permitindo a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) em investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, prática já aceita nas demonstrações separadas pelo IASB. As mudanças entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não geraram impactos materiais nas demonstrações contábeis da Companhia.

OCPC 10 – Créditos de carbono e descarbonização

Orienta o reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono e instrumentos de descarbonização, incluindo passivos associados a metas de redução de emissões. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025, embora já vigente, é apresentado para fins informativos. A Companhia atualmente não detém créditos de carbono, permissões de emissão ou CBIOS, e, portanto, não há efeitos nas demonstrações contábeis. Caso venha a realizar tais operações, aplicará prospectivamente os critérios estabelecidos.

5.1. Normas e leis tributárias emitidas, mais ainda não vigentes

A Companhia monitorou as normas e legislações tributárias emitidas, mas ainda não vigentes, que podem afetar suas demonstrações contábeis em períodos futuros. As principais normas e leis identificadas são:

- **Lei nº 14.789/2023 / MP 1.185/2023**

Normas que alteram a tributação de subvenções governamentais, a dedutibilidade de incentivos e o tratamento de créditos tributários. A aplicação futura depende de regulamentação adicional, e os impactos ainda estão sendo avaliados.

- **CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços (substituição do PIS/COFINS)**

Entrada em vigor prevista para 2027, condicionada à regulamentação. A Companhia informa que não é possível estimar os impactos até que as regras estejam definidas.

- **Pilar Dois – GloBE / Lei no 15.079/2024**

Implementa a tributação mínima global de 15%, via Adicional da CSLL, para grupos multinacionais. A Companhia afirma que, embora já promulgada, parte da regra depende de detalhamento complementar e que não são esperados impactos materiais.

A Companhia reforça que não adotou antecipadamente nenhuma das normas acima e não identificou normas IFRS/IFRIC ainda não vigentes que possam gerar impactos materiais nas demonstrações contábeis, exceto pelo CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, (vigente a partir de 1o/1/2027): a Administração acompanha os desdobramentos e avalia impactos potenciais sobre a apresentação (novos subtotais de desempenho, MPMs e desagregação).

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Caixa	280	280
Conta corrente	1.170	309
Numerários em trânsito	267	1.040
Aplicações financeiras	132.935	17.890
Total	134.652	19.519

Numerários em trânsito, são valores da arrecadação de pedágio já recebidos pela empresa, aguardando depósito bancário pela empresa de transporte de valores.

As aplicações financeiras correspondem aos Fundos de Investimento e CDBs. Os Fundos de Investimento referem-se à aplicação em renda fixa simples em Banco de primeira linha, com prazo determinado de duração. O fundo conta com carteira simplificada e com performance atrelada à Selic, e com remuneração de 106% do CDI no período.

As aplicações em CDBs com modalidade pós - DI com remuneração controlada entre 98% e 106% do CDI (95% e 106% em 2024), ou aplicação automática dos recursos disponíveis em conta corrente com remuneração que pode variar entre 5% e 20% do CDI (5% e 20% em 2024).

Caixa restrito

No montante de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, temos os valores de R\$ 0 (R\$ 12.227 em 2024) em conta reserva e R\$ 0 (R\$ 1.908 em 2024) em conta provisão, aplicações vinculadas de curto prazo para garantir ao pagamento das debêntures.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 28.

7. Operações a receber

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Pedágio eletrônico a receber	14.341	10.129
Vale-pedágio a receber	-	129
Cartões de crédito a receber	153	230
Total	14.494	10.488

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia entende que não se faz necessária a constituição de Provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com Companhias de arrecadação eletrônica, para as quais há inexistência histórica de inadimplência.

A Companhia pode ainda solicitar a antecipação dos recebíveis de pedágio, mediante cobrança de taxas pelas operadoras de cobrança eletrônica.

A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 31 de dezembro de 2025, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis.

8. Despesas antecipadas

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Seguros a apropriar (a)	462	475
IPVA a apropriar (b)	36	4
Total	498	479

(a) Corresponde às despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período;

(b) Corresponde às despesas com IPVA pagas em cota única pela Companhia, que será apropriada no resultado em 12 meses.

9. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Imposto retido de aplicação financeira	1.219	2.897
IOF de aplicação financeira	246	4
Total	1.465	2.901

Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras e provisão de IOF, nos primeiros trinta dias.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

10. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldo			Saldo			Saldo			31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido (Reapresentado)
		31/12/2024			31/12/2025			31/12/2024				
		(Reapresentado)	Adições	Baixas	(Reapresentado)	Adições	Baixas	(Reapresentado)	Adições	Baixas		
Imobilizado da Administração	10%	2.862	44	(9)	2.897	(1.522)	(349)	4	(1.867)	1.030	1.340	
Máquinas e Equipamentos	10%	5.014	75	-	5.089	(1.869)	(505)	-	(2.374)	2.715	3.145	
Veículos	20%	5.647	767	(701)	5.713	(3.940)	(1.118)	440	(4.618)	1.095	1.707	
Total		13.523	886	(710)	13.699	(7.331)	(1.972)	444	(8.859)	4.840	6.192	

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos				Depreciação				Líquido 31/12/2024 (Reapresentado)
		Saldo		Saldo		Saldo		Saldo 31/12/2024		
		31/12/2023	Adições	Baixas	(Reapresentado)	31/12/2023	Adições	Baixas	(Reapresentado)	
Imobilizado da Administração	10%	2.791	72	-	2.863	(1.117)	(405)	-	(1.522)	1.341
Máquinas e equipamentos	10%	4.999	24	(10)	5.013	(1.372)	(500)	3	(1.869)	3.144
Veículos	20%	5.603	191	(146)	5.648	(2.928)	(1.122)	109	(3.941)	1.707
Total		13.393	287	(156)	13.524	(5.417)	(2.027)	112	(7.332)	6.192

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

11. Intangível

	Taxas médias anuais de amortização %	Custos				Amortização			Líquido		
		31/12/2024 (Reapresentado)	Adições	Transferência	Baixas	Saldos		Adições	Saldos	Líquido	
						31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)				31/12/2025
Intangível em operação	3,80%	559.239	-	283.220	-	842.459	(34.678)	(31.317)	(65.995)	776.464	524.561
Intangível em andamento	-	144.483	184.827	(283.220)	-	46.090	-	-	-	46.090	144.483
Licenças de uso de softwares	-	456	-	-	-	456	(343)	(72)	(415)	41	113
Direito de Outorga Concessão	3,33%	239.374	-	-	-	239.374	(28.876)	(4.384)	(33.260)	206.114	210.498
Capitalização atualização IPCA outorga	-	40.617	-	-	-	40.617	(5.253)	(1.401)	(6.654)	33.963	35.364
Atualização pela curva de tráfego	-	-	-	-	-	-	13.039	10.885	23.924	23.924	13.039
Total		984.169	184.827	-	-	1.168.996	(56.111)	(26.289)	(82.400)	1.086.596	928.058

	Taxas médias anuais de amortização %	Custos				Amortização			Líquido		
		Saldos 31/12/2023	Adições	Transferência	Baixas	Saldos		Adições	Saldos	Líquido	
						31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2023				31/12/2024 (Reapresentado)
Intangível em operação	3,80%	341.056	-	218.183	-	559.239	(15.853)	(18.825)	(34.678)	524.561	325.203
Intangível em andamento	-	189.333	173.341	(218.183)	(8)	144.483	-	-	-	144.483	189.333
Licenças de uso de softwares	-	450	6	-	-	456	(253)	(90)	(343)	113	197
Direito de Outorga Concessão	3,33%	239.374	-	-	-	239.374	(22.699)	(6.177)	(28.876)	210.498	216.675
Capitalização atualização IPCA outorga	-	40.617	-	-	-	40.617	(3.852)	(1.401)	(5.253)	35.364	36.765
atualização pela curva de tráfego	-	-	-	-	-	-	10.633	2.406	13.039	13.039	10.633
Total		810.830	173.347	-	(8)	984.169	(32.024)	(24.087)	(56.111)	928.058	778.806

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Valor da outorga	605.306	605.306
Pagamento - outorga fixa	(161.138)	(148.838)
Atualização outorga	127.817	119.962
Ajuste ao valor presente - taxa desconto 4,50%, (taxa de juros real compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga)	(365.932)	(365.932)
Direito de outorga concessão	206.053	210.498
Circulante	12.535	11.965
Não circulante	193.518	198.533

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Movimentação da outorga:		
Saldo inicial	210.498	204.721
Pagamento outorga fixa	(13.299)	(11.661)
Juros outorga fixa	8.854	17.438
Direito de outorga concessão	206.053	210.498

Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no programa de investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base no tempo de concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

12. Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Líquido		Resultado	
	31/12/2024		31/12/2024		31/12/2024		31/12/2024	
	31/12/2025	(Reapresentado)	31/12/2025	(Reapresentado)	31/12/2025	(Reapresentado)	31/12/2025	(Reapresentado)
Prejuízo fiscal gastos pré-operacionais (a)	528	2.636	-	-	528	2.636	(2.108)	(2.108)
Prejuízo fiscal base negativa (b)	1.439	3.107	-	-	1.439	3.107	-	-
Provisão para manutenção (c)	6.788	8.485	-	-	6.788	8.485	(609)	14.197
Despesas financeiras debêntures capitalizadas (d)	-	-	41.968	41.981	(41.968)	(41.981)	13	(29.373)
Custos de transação debêntures capitalizadas (e)	-	-	13.126	8.803	(13.126)	(8.803)	(4.323)	-
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais (f)	154	77	-	-	154	77	77	52
Impostos Diferidos sobre amortização curva de tráfego	-	-	8.134	4.433	(8.134)	(4.433)	(3.701)	(818)
Imposto Diferidos Cap. Atualização Outorga	-	-	11.548	12.024	(11.548)	(12.024)	476	476
Total dos impostos diferidos	8.909	14.305	74.776	67.241	(65.867)	(52.936)	(10.175)	(17.574)

(a) A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e contribuição social por ter sua origem em despesas pré-operacionais, serão amortizados em 60 meses a partir de abril de 2021 quando deu início à arrecadação de pedágios pela Companhia;

(b) De acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuro determinado em estudo técnico aprovado pela administração, o prejuízo fiscal apurado pela Companhia dentro do mesmo exercício são reconhecidos como ativo diferido de base negativa;

(c) As provisões para manutenção são constituídas para fazer frente aos compromissos operacionais visando manter serviços adequados e de qualidade, em especial o pavimento e sinalização;

(d) De acordo com CPC 20(R1), os juros das debêntures foram capitalizados, líquidos das receitas financeiras geradas pelos recursos ainda não utilizados;

(e) Capitalização dos custos de transação das debêntures; e

(f) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais.

13. Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferido

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 31 de dezembro de 2025 do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está evidenciada a seguir:

Os créditos tributários a compensar são calculados sobre os seguintes valores base:

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Lucro do exercício antes dos impostos	22.200	59.880
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal vigente	(7.548)	(20.359)
Ajustes para a alíquota efetiva		
Adições/exclusões permanentes	(7.385)	1.049
Despesas com imposto de renda e contribuição social		
Imposto corrente	(4.758)	(1.736)
Imposto diferidos	(10.175)	(17.574)
Total	(14.933)	(19.310)
Alíquota efetiva do imposto corrente	21,49%	32,25%

Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos em sua totalidade de acordo com as premissas futuras e com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o lucro”.

14. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Fornecedores nacionais	620	27.009
Fornecedores nacionais - Risco Sacado (i)	2.817	19.924
Caução retida fornecedores	4.964	3.583
Seguros a pagar	177	165
Outras contas a pagar	-	9
Total	8.578	50.690
Curto prazo	7.090	50.690
Longo prazo	1.488	-

(i) Refere-se a fornecedores que tiveram seus recebíveis descontados com instituições financeiras que possuem convênio com a Companhia. A Companhia não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos aos fornecedores, sendo assim, a Companhia não desreconheceu os passivos aos quais a transação de risco sacado se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar ou fazer parte das transações de risco sacado. A Companhia divulga os valores contabilizados pelos fornecedores na rubrica de “fornecedores – risco sacado”, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar com fornecedores. Os pagamentos junto a referida instituição financeiras são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece, ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviço.

15. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	194	198
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF)	24	27
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	88	66
Provisão de férias e 13ª e encargos	1.008	974
Total	1.314	1.265

16. Obrigações fiscais

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
IRRF a recolher	1.696	11
IRRF terceiros	127	11
INSS terceiros	294	115
CSLL a recolher	619	19
PIS/Cofins e CSLL terceiros	116	20
PIS sobre receita de pedágio	83	72
PIS sobre receitas financeiras	10	1
PIS Suspenso conforme liminar	156	101
Cofins sobre receita de pedágio	385	331
Cofins sobre receitas financeiras	61	7
Cofins suspenso conforme liminar	721	468
ISS sobre receita de pedágio	676	581
ISS terceiros	1.217	277
Total	6.161	2.003

17. Obrigações com o poder concedente

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Convênio Polícia Rodoviária Federal	949	552
Verba de Fiscalização - AGMS	135	127
Verba de Administração - EPE	27	26
Total	1.111	705

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

18. Partes relacionadas

Partes relacionadas	Natureza de relacionamento	31/12/2025				31/12/2024 (Reapresentado)			
		Serviços compartilhados	Contrato mútuo	Saldos		Serviços prestados	Saldos		
				Ativo	Passivo		Ativo	Passivo	
Elo4 Administração e Participações S.A.	Acionista	-	-	-	-	-	11	-	
Way MS 112 (a)	Grupo	-	-	-	-	-	-	750	
GLP O Participações S.A. (b)	Acionista	-	-	-	-	-	-	5.275	
Total		-	-	-	-	-	11	6.025	

(a) Compra de veículos e equipamentos operacionais e compartilhamento de serviços.**(b)** Contato de mútuo para execução de obras.

Movimentação	Saldo em 31/12/2024 (Reapresentado)			Valores atualizados ativo		Valores atualizados Passivo		Saldo em 31/12/2025		
	Ativo	Passivo	Resultado	Pagos	Recebidos	Pagos	Recebidos	Ativo	Passivo	Resultado
Elo4 Administração e Participações S.A.	11	-	-	19	30	-	-	-	-	-
Way MS 112	-	750	-	-	-	327	1.077	-	-	-
GLP O Participações S.A.	-	5.275	-	-	-	1.646	6.921	-	-	-
Total	11	6.025	-	19	30	1.973	7.998	-	-	-

Remuneração dos administradores

O valor total de remuneração atribuído aos diretores no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, aprovado em 01 de janeiro de 2025 e 2024, é de R\$911 e R\$ 990 respectivamente. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

19. Empréstimos e financiamentos

Nº contrato	Modalidade	Banco	Encargos financeiros	Data início	Vencimento	Saldo em	
						31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
440090771180	Finame - BNDES	Sicredi	IPCA 6,15% a.a. + Fator BNDES 3,83 a.a.	05/06/2023	05/06/2026	52	120
6134034	C.C.B. (I)	Banco Bradesco	Selic BNDES D2-CET 12,9545% a.a.	13/06/2024	15/06/2027	-	1.863
Total						52	
Circulante						52	1.983
Não circulante						-	5.575

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Saldo inicial	7.558	358
Captação	70.966	6.892
Atualização juros empréstimos e financiamento	986	598
Atualização juros empréstimos e financiamento - FDCO	3.606	-
Pagamento de empréstimos e financiamento - juros	(937)	(68)
Pagamento de empréstimos e financiamento - principal	(7.555)	(222)
Pagamentos juros - FDCO	(3.606)	-
Pagamentos principal - FDCO	(70.966)	-
Saldo final	52	7.558

20. Debêntures

Estão representados por:

Nº contrato	Modalidade	Banco	Encargos financeiros	Data		Saldo em	
				início	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
C.V.M. 476	Debêntures	Coord. Lider Banco BTG Pactual S.A.	IPCA + 6,0% a.a.	12/02/2021	15/06/2035	-	401.206
C.V.M. 160	Debêntures	B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	IPCA + 7,6% a.a.	15/11/2025	15/05/2043	732.334	-
		(-) Custo de transação a amortizar				(28.514)	(17.404)
Total						703.820	383.802
Circulante						2.688	507
Não Circulante						701.132	383.295

Abertura dos pagamentos das debêntures classificados no não circulante:

Ano de vencimento	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
2026	-	27.597
2027	15.775	33.729
2028	30.841	24.914
2029	42.543	14.374
2030 a 2035	611.973	282.681
Total	701.132	383.295

Movimentação das debêntures

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Saldo inicial	383.802	362.551
Captação de debêntures	725.000	-
Atualização juros	46.216	42.236
Pagamento principal debêntures	(440.088)	-
Pagamento de juros	-	(23.379)
Custo de transação	(11.110)	2.394
Saldo final	703.820	383.802

A Companhia possui debêntures referentes à 2ª emissão, realizada em 15 de novembro de 2025, sob o rito da Resolução CVM no 160, composta por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com vencimento final em 15 de maio de 2043.

As debêntures são garantidas por Alienação Fiduciária das Ações da Companhia e por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios vinculados ao Contrato de Concessão.

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 703.820 mil no passivo financeiro, líquido dos custos de transação.

A escritura estabelece hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático, abrangendo, entre outras, inadimplemento de obrigações pecuniárias, eventos de insolvência, perda de autorizações essenciais à concessão, alteração indevida do controle acionário, ineficácia das garantias, protestos relevantes e utilização inadequada dos recursos captados.

A Companhia está sujeita ao cumprimento dos seguintes covenants financeiros previstos na escritura:

Dívida Líquida / EBITDA

até 31/12/2024: $\leq 4,5x$,

em 2025: $\leq 4,0x$,

até 30/06/2026: $\leq 3,75x$;

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD $\geq 1,30$), apurado semestralmente conforme metodologia prevista na escritura (EBITDA ajustado dividido pelo serviço da dívida).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia cumpriu integralmente todas as obrigações, cláusulas contratuais, covenants e requisitos previstos na escritura da 2ª emissão, não havendo evento de vencimento antecipado.

A escritura da 2ª emissão prevê restrições à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio apenas em caso de inadimplemento contratual ou descumprimento dos covenants financeiros estabelecidos (Dívida Líquida/EBITDA e ICSD).

Enquanto a Companhia estiverem em conformidade com tais indicadores, não há vedação à distribuição de dividendos, inclusive o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia cumpriu integralmente todas as obrigações e covenants previstos na escritura, não havendo qualquer restrição à distribuição.

Amortização

A 1ª emissão de debêntures da Companhia, realizada sob a Instrução CVM 476, tinha como remuneração IPCA + 6,0% a.a. e vencimento originalmente previsto para 15 de junho de 2035. Conforme demonstrado nas movimentações do passivo financeiro, ao longo dos exercícios anteriores a Companhia efetuou pagamentos periódicos de principal, acrescidos da atualização monetária e dos encargos contratuais, reduzindo progressivamente o saldo da dívida.

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou a amortização integral do saldo remanescente, por meio de pagamento de principal no montante de R\$ 440.088 mil, resultando na quitação total da emissão. Após a liquidação, a emissão deixou de gerar encargos financeiros, não restando qualquer saldo a pagar em 31 de dezembro de 2025, conforme apresentado nas demonstrações financeiras.

Com a conclusão da amortização, a 1ª emissão foi totalmente liquidada e não compõe mais o passivo financeiro da Companhia, permanecendo apenas a 2ª emissão (CVM 160) como fonte de financiamento via debêntures.

21. Obrigações com infraestrutura a realizar

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo Programa de Exploração da Rodovia (PER). Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil dos custos aplicados na conservação da infraestrutura da rodovia.

A provisão destes passivos está calculada com base nos fluxos de caixa previstos para fazer frente a cada item a serem recuperados e terão os desembolsos previstos a partir de 2025 e estão contabilizados a valor presente com uma taxa de 8,30% a.a., a qual representa o custo médio de capital da Companhia.

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IAS 36 – Contratos de Concessão e conforme a Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance.

Provisão para manutenção em rodovias

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das obrigações ajustados a valor presente é de R\$ 24.765 (R\$ 24.765 em 2024) demonstrado a seguir:

	31/12/2024 (Reapresentado)	Ajuste	Adições	31/12/2025
Obrigações com infraestrutura a realizar	39.154	-	-	39.154
AVP - provisão para manutenção	(14.389)	-	-	(14.389)
Total	24.765	-	-	24.765

Circulante	7.210
------------	-------

Não circulante	17.555
-----------------------	---------------

O Investimento programado em manutenções inclui recapeamentos e sinalização de rodovias a cada cinco anos, cujos valores provisionados foram calculados com base no método do fluxo de caixa descontado considerando as datas em que se estima que haja saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações conforme cronograma a seguir:

Cronograma esperado de saídas - Não circulante

Ano de execução	31/12/2025
2030 a 2033	17.555
Total	

Indicação de incertezas

Os valores são estimados com base em dados técnicos pela melhor estimativa de utilização, e são revistos periodicamente, no mínimo uma vez ao ano para eventual adequação dos números provisionados, minimizando dessa forma as incertezas sobre a sua realização.

Principais premissas adotadas

A revisão periódica dos valores da provisão de manutenção é para garantir que os recursos atendam às intervenções na rodovia, estabelecidas no contrato de concessão.

22. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

	31/12/2024 (Reapresentado)	Baixa	Adição	31/12/2025
Contingência cível	116	-	251	367
Contingência trabalhista	115	42	11	84
Total	231	42	262	451

A Companhia possui processos em razão do curso normal das operações. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais.

Em 31 de dezembro de 2025, a provisão para riscos processuais, no montante de R\$ 451 (R\$ 231 em 2024), refere-se aos processos prováveis de perdas e, com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, é considerada pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

Além dos valores anteriormente mencionados, temos os valores não foram computados nos montantes acima, R\$ 651 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.426 em 31 de dezembro de 2024, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

23. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia totalizava R\$ 166.010, montante integralmente subscrito e realizado, mantido no patamar de 31 de dezembro de 2024, e representado por 166.010 mil ações ordinárias. A estrutura decorre, entre outros, da deliberação da A.G.E. de 20 de novembro de 2024, que aprovou o aumento de capital mediante a capitalização de R\$ 20.000 provenientes de adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC

No exercício de 2025, ocorreu a devolução de R\$ 10.000 relativos a AFAC, eliminando o saldo dessa rubrica no patrimônio líquido ao final do exercício.

Acionista	31/12/2024 (reapresentado)			31/12/2025		
	Subscritas	Integralizadas	Aumento de Capital	Integralização Capital com A.F.A.C.	Capital social	Partic. %
Elo4 Administração e Participações S.A.	116.808.000	116.808.000	16.000.000	16.000.000	132.808.000	80%
GLP O Participações S.A.	29.202.000	29.202.000	4.000.000	4.000.000	33.202.000	20%
Total	146.010.000	146.010.000	20.000.000	20.000.000	166.010.000	100%

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

	31/12/2024 (reapresentado)	Adição	31/12/2025
Reserva Legal	3.857	361	4.218

Reserva especial para dividendos não distribuídos e obrigatórios

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou R\$ 6.845 (em 31 de dezembro de 2024, R\$ 38.540) do lucro, após a constituição da reserva legal, para a Reserva especial de dividendos não distribuídos. Subsequentemente, conforme Nota 32, a Companhia deliberou a distribuição de R\$ 54.400 a título de dividendos.

24. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de pedágio	167.588	150.383
(-) Abatimentos sobre a receita de pedágio	-	(378)
(-) ISS	(8.427)	(7.519)
(-) PIS	(1.094)	(977)
(-) Cofins	(5.051)	(4.513)
Subtotal	153.016	136.996
Receitas com construção e infraestrutura (a)	184.827	173.862
Outras receitas	177	46
Total	338.020	310.904

(a) De acordo com ICPC 01 / IAS 36, a Companhia contabilizou nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os valores de R\$ 184.827 e R\$ 173.862, respectivamente, referente à receita de construção de infraestrutura, tendo os custos com o mesmo valor, não gerando margem de lucro.

25. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Custos dos serviços prestados	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(10.935)	(11.666)
Serviços de terceiros	(8.051)	(9.546)
Seguros e garantias	(1.077)	(1.094)
Custos contratuais da concessão	(1.975)	(1.817)
Verba da polícia rodoviária federal	(852)	(924)
Materiais/equipamentos/veículos	(2.340)	(2.814)
Depreciação/amortização	(16.563)	(15.594)
Outros	(280)	(159)
Total	(42.073)	(43.614)
Custos com construção e infraestrutura	(184.827)	(173.862)
Total	(226.900)	(217.476)

Despesas gerais e administrativas	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(1.536)	(1.522)
Serviços de terceiros	(2.983)	(2.436)
Materiais/equipamentos/veículos	(1.156)	(1.127)
Depreciação e amortização	(11.698)	(10.528)
Provisão para contingências	(256)	(264)
Outros	(1.359)	(1.071)
Total	(18.988)	(16.948)

26. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento de aplicações financeiras	4.068	2.036
Juros Ativos	395	-
Descontos obtidos	63	48
Receita financeira - AVP	-	10.672
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	(228)	(100)
Outras receitas financeiras	1	9
Total das receitas financeiras	4.299	12.665
Despesas financeiras	(16)	(210)
Perdas sobre receita de pedágio	(775)	-
Juros sobre obrigações fiscais	(24)	-
Juros sobre debêntures	(45.460)	(2.427)
Juros debêntures capitalizados	4.172	-
Encargos sobre debêntures	(876)	-
Juros Fornecedores	(7.639)	(4.839)
Custo de transação	(2.348)	(1)
Custo de transação - FDCO	(4.766)	-
Encargos FDCO	(2.127)	-
Atualização outorga fixa	(8.854)	(17.438)
Juros sobre empréstimos	(5.529)	(898)
Outras	-	(3.442)
Total das despesas financeiras	(74.242)	(29.255)
Resultado financeiro líquido	(69.943)	(16.590)

27. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – “Resultado por ação”), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

	31/12/2025	31/12/2024
Básico		
Resultado do exercício	7.206	40.570
Número de ações durante o período (milhares)	166.010	148.250
Lucro por ação - básico	0,04	0,27
Diluído		
Resultado do exercício utilizado na apuração do prejuízo por ação	7.206	40.570
Quantidade média ponderada de ações Ordinárias utilizadas na apuração do lucro por ações (milhares)	166.010	148.250
Lucro por ação - diluído	0,04	0,27

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 instrumentos patrimoniais com efeitos diluídos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias, usadas no cálculo do lucro por ação diluído, concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções aos empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

28. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais os quais se destinam atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, taxas de juros e de moeda.

Os instrumentos financeiros da Companhia, tanto ativos quanto passivos, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, esses instrumentos são mensurados pelo custo amortizado quando se enquadram nessa categoria, conforme previsto no CPC 48/IFRS 9.

Segue o quadro com a categoria dos instrumentos financeiros referentes à Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

	Notas	31/12/2025		
		Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurados ao custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	134.652	-
Operações a receber	7	-	14.494	-
Outros créditos	-	-	383	-
Passivos				
Debêntures	19	-	-	(703.820)
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	(52)
Fornecedores	13	-	-	(8.578)
Obrigações com o poder concedente	16	-	-	(1.111)
Total		-	149.529	(713.561)

Hierarquização em 03 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que sua mensuração é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 – Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- Nível 2 – Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e
- Nível 3 – Instrumentos cujos *inputs* significantes não são observáveis.

Os valores referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, com valor presente líquido ajustado a taxa de juros vigente no mercado, se aproximam de valores de mercado.

Gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente em março de cada exercício.

Risco regulatório

Por consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos o volume de tráfego a ser cobrada a tarifa pedagiada, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

Análise de sensibilidade

Para fins de avaliação da sensibilidade dos indexadores dos empréstimos e aplicações financeiras aos quais a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2025, a Administração definiu o cenário mais provável para a evolução do CDI para os 12 meses subsequentes, com base em premissas internas e nas expectativas de mercado disponíveis na data-base. As análises de sensibilidade adicionais foram preparadas exclusivamente para uso interno da Administração, sendo divulgada nas demonstrações contábil apenas a projeção considerada como cenário mais provável.

Receitas e despesas financeiras

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato

Análise de sensibilidade

Indicadores	31/12/2025			
	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	12,25%	15,31%	9,19%	18,38%
Receitas de Aplicações Financeiras	16.285	20.356	12.213	24.427
I.P.C. A	3,95%	4,94%	2,96%	5,93%
Debêntures 3o. Série, 1a Emissão	(29.219)	(36.524)	(21.914)	(43.828)
Juros a Incorrer (*)	(29.219)	(36.524)	(21.914)	(43.828)
Juros a incorrer líquido das receitas de aplicações financeiras	(12.934)	(16.168)	(9.701)	(19.402)

Indicadores	31/12/2024			
	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (+50%)
CDI (1)	10,00%	12,50%	7,50%	15,00%
Receitas de aplicações financeiras	1.789	2.236	1.342	2.684
IPCA	3,81%	4,76%	2,86%	5,72%
Debêntures 1a Série – 2a Emissão	(15.443)	(19.303)	(11.582)	(23.164)
Juros a incorrer (*)	(15.443)	(19.303)	(11.582)	(23.164)
Juros a incorrer líquido das receitas de aplicações financeiras	(13.654)	(17.067)	(10.240)	(20.480)

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Informações por segmentos de negócios

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

29. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade de acordo com a avaliação da administração.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis intermediárias, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia - Contrato de concessão	Março de 2025 a março de 2026	26.326
Riscos operacionais	Abril de 2025 a março de 2026	53.578
D&O	Março de 2025 a março de 2026	20.000
Responsabilidade civil	Março de 2025 a março de 2026	10.000
Risco de engenharia	Março de 2025 a março de 2026	156.641

30. Benefícios aos empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: assistência médica, seguro de vida, vale-refeição e vale-alimentação.

Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

31. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

32. Eventos subsequentes

No primeiro trimestre de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 54.400, com base nos lucros acumulados apurados no balanço levantado em 31 de dezembro de 2025, a serem distribuídos aos acionistas pro rata às suas participações, nos termos do artigo 204 da Lei no 6.404/76. A deliberação considerou o saldo da Reserva especial de dividendos não distribuídos no montante de R\$ 54.400.

* * *